

A GUERRA NA ANTIGUIDADE III

COORD. ANTÓNIO RAMOS DOS SANTOS E JOSÉ VARANDAS



título

A Guerra na Antiguidade III

coordenação

António Ramos dos Santos e José Varandas

autores

João Medina, José Augusto Martins Ramos, Francolino J. Gonçalves, Francisco Caramelo,
António Ramos dos Santos, Luís Manuel de Araújo, José das Candeias Sales, José Varandas,
Nuno Simões Rodrigues, André Oliveira-Leitão, Paulo Barreiro, Pedro Gomes Barbosa, Amílcar Guerra,
Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel, Miguel Sanches de Baêna, Adriaan de Man

capa

Rui Rica

composição gráfica

Ana Sarmiento, Ilídio J.B. Vasco

data de edição

Junho de 2010

ISBN

978-989-658-069-8

depósito legal

244950/06

edição



Caleidoscópico - Edição e Artes Gráficas, S.A.

Rua de Estrasburgo, 26 - R/c Drt.º

2605-756 Casal de Cambra - Portugal

Tel.: (351) 21 981 79 60 - Fax: (351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt



Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1600-214 Lisboa

Apoio

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Ciência. **Inovação** Programa Operacional Ciência e Inovação 2010
2010
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
António Ramos dos Santos e José Varandas	7
A ANABASIS (A RETIRADA DOS DEZ MIL) DE XENOFONTE, O MEU PRIMEIRO LIVRO DE GUERRA ANTIGA – DE AQUILINO RIBEIRO, SEU TRADUTOR, AO ROMANCE DRÔLE DE JEU, DE ROGER VAILLAND	
João Medina	15
A REGRA DA GUERRA OU A «ORDEM MILITAR» DE QUMRÂN	
José Augusto Martins Ramos.	23
SENAQUERIBE E JERUSALÉM (701 A. C.): «RECICLAGENS» BÍBLICAS DA GUERRA PSICOLÓGICA ASSÍRIA	
Francolino J. Gonçalves	43
A CRISE POLÍTICA E MILITAR DE ŠAMAŠ-ŠUMU-UKIN NO REINADO DE ASSURBANÍPAL: OS ECOS NA ADIVINHAÇÃO	
Francisco Caramelo	65
E A «ESPADA DE AŠŠUR» ABATEU-SE SOBRE A FENÍCIA...	
António Ramos dos Santos.	83
A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DO EGÍPTO: A EXPULSÃO DOS «POVOS DO MAR»	
Luís Manuel de Araújo.	97
A BATALHA DE RÁFIA (217 A. C.) E O «NACIONALISMO» EGÍPCIO DO PERÍODO PTOLOMAICO	
José das Candeias Sales	151

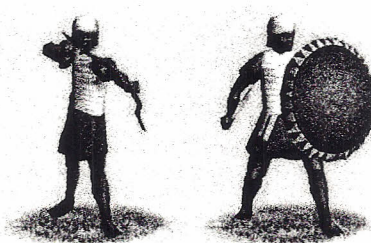
O HOPLITA E A FALANGE. O TRIUNFO DA INFANTARIA SIMÉTRICA NO MUNDO ANTIGO José Varandas	175
EM HONRA DE ARES. DO SACRIFÍCIO HUMANO COMO OFERENDA BÉLICA NO MUNDO GRECO-ROMANO Nuno Simões Rodrigues	197
AS TERMÓPILAS (480 A. C.), ENTRE O MITO E A REALIDADE: PERSPECTIVAS André Oliveira-Leitão	207
A BATALHA DE SALAMINA. A ASCENSÃO DE UMA POTÊNCIA MARÍTIMA, ATENAS Paulo Barreiro	257
O CARRO DE GUERRA NA ANTIGUIDADE: O COLOCAR DE ALGUMAS QUESTÕES Pedro Gomes Barbosa	281
OS SOLDADOS NA LUSITÂNIA ROMANA, NA GUERRA E NA PAZ. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-EPIGRÁFICA Amílcar Guerra	297
<i>BELLVM ATROX VICTIS ET VICTORIBVS:</i> O FLAGELO DAS GUERRAS CIVIS NA HISTORIOGRAFIA DE TÁCITO Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel	319
ROMA VICTOR: O ARMAMENTO LIGEIRO DAS LEGIÕES ROMANAS Miguel Sanches de Baêna	327
DEFESA, COMBATE E OBJECTIVOS IMPERIAIS NA HISPÂNIA TARDIA Adriaan de Man	353

ABATALHA DE RÁFIA (217 A. C.) E O «NACIONALISMO» EGÍPCIO DO PERÍODO PTOLOMAICO

José das Candeias Sales*

«Cette bataille de Raphia porte la marque de son temps qui est une époque de transition.»¹

A batalha de Ráfia, disputada ao sul de Gaza, na Palestina, onde actualmente fica a povoação de Rafah, a 22 de Junho de 217 a. C.², foi uma das maiores batalhas do período helenístico, envolvendo cerca de 150 000 homens. Este confronto militar, que pôs fim à Quarta Guerra Síria (219-217 a. C.), opôs o faraó lágida Ptolomeu IV Filopator e o rei selêucida Antíoco III, o Grande, que, desde 221 a. C. reclamavam a posse da Coelesíria, o eterno pomo de discórdia entre as duas dinastias³ (vide fig. 1).



Segundo o relato de Políbio, a principal fonte para este episódio militar, as forças lágidas congregadas para esta batalha eram compostas por cerca de 70 000 homens (48 000 infantess, 5 000 cavaleiros, 3 000 soldados da guarda real e 10 000

* Professor auxiliar da Universidade Aberta e investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa. sales@univ-ab.pt

¹ Jean DELORME, *Le monde hellénistique*, p. 404.

² A data exacta da batalha foi fixada graças à Estela de Pithom: 10 de Pakhon, ou seja, 22 de Junho de 217 a. C. (cf. Jean DELORME, *Le monde hellénistique (323-133 avant J.-C.). Événements et institutions*, Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1975, p. 396).

³ Como diz Jean DELORME, «Les premiers Lagides avaient fait de Coelè-Syrie le boulevard de l'Égypte et y avaient concentré l'essentiel de leurs forces» (*ibid.*, p. 395). A conquista fundava o direito de propriedade e este, uma vez estabelecido, levava a que o território fosse tratado como um património herdado (qual propriedade privada) que, por isso, se defende contra as reivindicações de terceiros (cf. Claire PRÉAUX, *Le monde hellénistique. La Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.)*, tome premier, Paris, PUF, 1978, p. 188).

⁴ 25 000 falangistas macedónios, 20 000 falangistas egípcios e 3000 soldados líbios (cf. Günther HÖLBL, *A history of the ptolemaic empire*, London/ New York, Routledge, 2001, p. 149, nota 16).

A Guerra na Antiguidade III

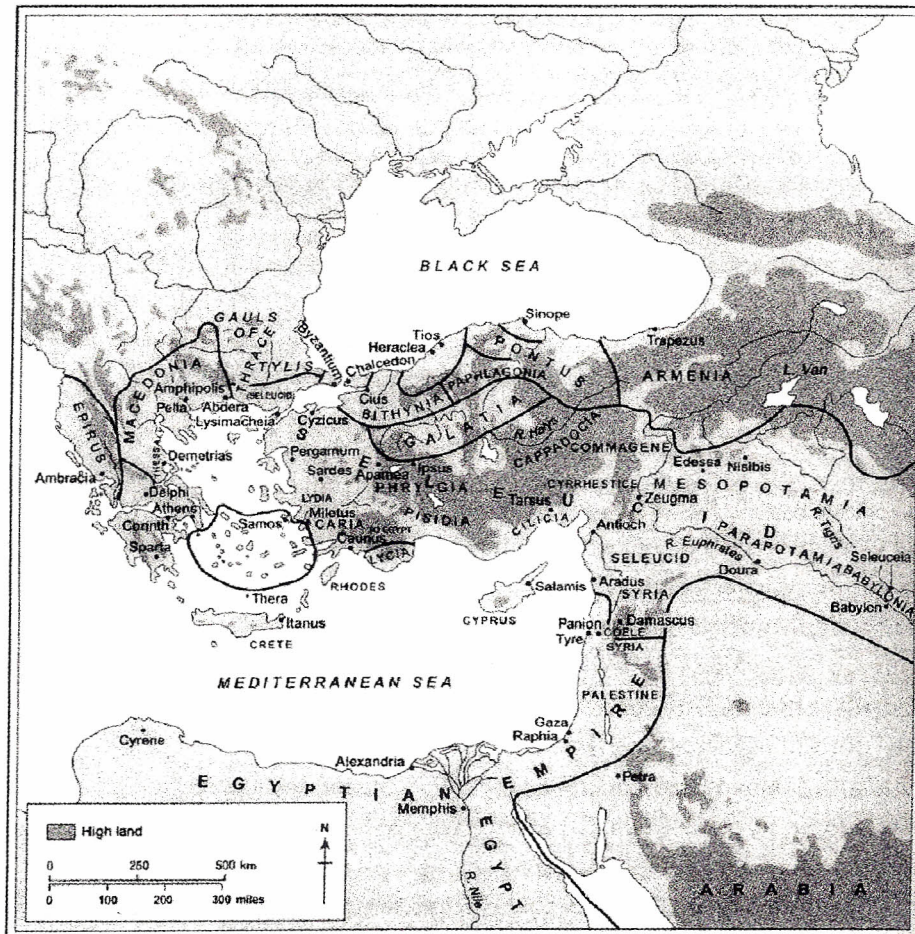


Fig. 1 – Mapa da região do Mediterrâneo durante o período ptolomaico (332-30 a. C.). Destaque para a zona de Ráfia (a nordeste do Egípto, ligeiramente ao sul de Gaza), onde teve lugar o conflito de 217 a. C., entre Ptolomeu IV Filopator do Egípto e Antíoco III, o Grande, da Síria. (cf. Ian Shaw (ed.), *The Oxford History of Ancient Egypt*, Londres, Oxford University Press, 2000. p. 398).

mercenários) e 73 elefantes africanos⁵. Do lado das forças sírias, Antíoco III reuniu 62 000 infantas⁶, 6 000 cavaleiros e 102 elefantes indianos⁷. Ainda segundo Políbio,

⁵ Cf. POLÍBIO, *Histórias*, 5.79.

⁶ 20 000 falangistas, 20 000 soldados de infantaria pesada de múltiplas origens étnicas, 10 000 hipaspistas, 7 000 soldados de infantaria leve e 5 000 hoplitas mercenários.

⁷ Cf. *ibid.*, 5.79. Para se ter uma noção comparativa da pujança do contingente ptolomaico nesta batalha, note-se que cerca de um século antes, em 312 a. C., na batalha de Gaza, Ptolomeu I Sóter I contava com 18 000 soldados e 4 000 cavaleiros, incluindo macedônios e mercenários (cf. Roger S. BAGNALL, «The origin of ptolemaic cleruchs», *BASP* 21, 1984, pp. 7-20). Sobre a utilização dos elefantes, vide POLÍBIO, 5.84.

A batalha de Ráfia (217 a. C.) e o «nacionalismo» egípcio do período ptolomaico

terão morrido nesta batalha cerca de 12 500 homens (no lado lágida, 2 200 baixas: 1 500 soldados de infantaria e 700 cavaleiros; no lado selêucida, 10 300 mortos: 10 000 infantes e 300 cavaleiros)⁸. Pelo relato deste autor, foram feitos 4 000 prisioneiros entre as forças sírias, e enquanto Ptolomeu IV perdeu dezasseis elefantes, além dos muitos que foram capturados, Antíoco III perdeu cinco elefantes, três mortos no campo de batalha e dois que vieram posteriormente a morrer na sequência dos ferimentos inflingidos⁹.

Independentemente de aceitarmos como bons e dignos de total crédito os números de Políbio, quer para o lado sírio quer para o lado egípcio¹⁰, é preciso assinalar que os efectivos reunidos para Ráfia estão entre os mais consideráveis jamais convocados para uma batalha da época helenística, embora, em termos analíticos, se note uma fraca proporção de cavaleiros em relação aos soldados de infantaria: 1/10 no exército sírio e ainda mais fraca no exército egípcio (1/14)¹¹.

Ambos os exércitos contendores apresentam um sistema de organização idêntico, típico das disputas militares helenísticas pós-Alexandre, com um sólido centro de falangistas, alguns dos quais mercenários (a falange é o coração do exército helenístico), e com as tropas ligeiras e a cavalaria pesada distribuídas equitativamente pelas duas alas do exército. À frente da cavalaria, os elefantes com arqueiros e com a cavalaria ligeira deles encarregue¹².

⁸ Cf. *ibid.*, 5.79, 86. Os dados de Políbio sobre as baixas nos dois exércitos têm bastante plausibilidade e conferem com o conhecimento que se tem destes confrontos militares da época helenística, em que a maioria das baixas ocorre entre a infantaria, no centro das disposições militares, e com a ideia de que Antíoco III venceu o confronto militar a cavalo, impondo um maior número de baixas ao seu inimigo na arma de cavalaria.

⁹ Cf. *ibid.*, 5.86. Sobre a disposição dos dois exércitos para o confronto em Ráfia, vide *ibid.*, 5.82.

¹⁰ Há estudiosos que questionam se, para o lado egípcio, nomeadamente, o autor distingue, de facto, duas falanges (uma greco-macedónica, com 25 000 homens) e outra egípcia (com 20 000 homens), como dois corpos separados, ou se haveria apenas uma falange (de 25 000) onde estaria integrado o contingente egípcio de 20 000 soldados. Quer uma quer outra leitura parecem poder sustentar-se a partir de diferentes passagens do Livro 5 de Políbio, capítulo 82. Obviamente que entre as duas pode haver uma diferença de 20 000 homens a menos nas forças ptolomaicas. Na senda de J. DELORME, aceitamos a existência de duas falanges no exército de Ptolomeu IV, pois só dessa forma se entende a especificação que o autor introduz quando fala da «falange egípcia» (POLÍBIO, V, 82, 6): identifica a falange egípcia por contraste com a outra falange greco-macedónica. Se houvesse apenas uma falange englobando soldados de diferentes etnias, bastava a indicação genérica à «falange», sem mais nenhum qualificativo distintivo (cf. J. DELORME, *op. cit.*, p. 397. Vide também Michel Ivanovic ROSTOVTSSEFF, *Histoire économique et sociale du monde hellénistique*, Paris, Robert Laffont, 1989, p. 1032, nota 126).

¹¹ Cf. *ibid.*, p. 401.

¹² Neste sentido, o relato de POLÍBIO, atento sobretudo à multidão de soldados presentes no campo de batalha, confirma uma ideia-chave da história militar helenística: a existência de impressionantes exércitos (numerosos e cosmopolitas) e de uma complicada e sofisticada maquinaria militar. Mesmo que os números não sejam absolutamente exactos, são ordens de grandeza que permitem, ainda assim, o estabelecimento de paralelismos e comparações (cf. Patrick BAKER, «La Guerre», in Andrew ERSKINE (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures* – 323-31 av. J.-C., Rennes, Presses Universitaires

Tal como dizia Claire Préaux, «à l'époque hellénistique, la guerre se rapproche du schéma des industries capitalistes de nos jours»¹³, empregando vários indivíduos, hierarquizados segundo a sua competência, função e experiência e bem remunerados de acordo com elas. A forte concorrência entre soberanos criava possibilidades de pressão que os mercenários exerciam sobre os reis com o firme propósito de melhorarem as suas remunerações, recorrendo mesmo, quando isso era possível e justificável, a motins e/ou deserções¹⁴.

Não nos interessa aqui a observância e descrição dos episódios táticos de desenvolvimento da batalha, nem a análise crítica dos elementos incluídos na narrativa polibiana, mas antes as principais consequências político-sociais deste embate, particularmente para o reino do Egípto. Com a derrota de 217 a. C., Antíoco III, o Grande, da Síria (223-187 a. C.), que, desde 218 a. C., abandonara a diplomacia e enfrentara o poder lágida na luta pela posse da Coelesíria¹⁵, viu, nessa altura, fracassarem as suas pretensões de alargamento do seu espaço de dominação geo-política, enquanto Ptolomeu IV (221-205 a. C.) conseguiu sustentar as pretensões selêucidas e a invasão do Egípto, garantir as antigas possessões sírias da casa real egípcia e proclamar o poderio dos reis do Egípto por todo o Mediterrâneo centro-oriental¹⁶.

Recebido em Mênfis como um triunfador, Ptolomeu IV mandou erguer uma estela comemorativa da vitória de Ráfia (Estela de Pithom), hoje no Museu Egípcio do Cairo, onde, numa amálgama de elementos macedónicos e egípcios, se faz representar com a dupla coroa (*pschent*) do Alto e do Baixo Egípto, montando um cavalo de batalha, sem sela, e segurando uma comprida lança macedónica¹⁷.

de Rennes, 2004, pp. 478, 481, 482; *id.*, «La guerre à l'époque hellénistique», in *L'Orient méditerranéen de la mort d'Alexandre aux campagnes de Pompée. Cités et royaumes à l'époque hellénistique*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2003, p. 388).

¹³ C. PRÉAUX, *op. cit.*, p. 305.

¹⁴ Cf. *ibid.*

¹⁵ É POLÍBIO quem nos diz, a abrir o seu Livro 5, que, em 218 a. C., «Antíoco e Ptolomeu abandonaram a diplomacia e a sua mútua pretensão sobre a Coelesíria através da negociação e começaram a guerra entre ambos» (*ibid.*, 5,1). Antíoco III herdara um reino fragilizado, com uma fraqueza estrutural inicial e com uma tradição de secessão e de antagonismo recíproco (cf. Sheila L. AGER, «Un équilibre précaire. De la mort de Séleucos à la bataille de Raphia», in Andrew ERSKINE (dir.), *op. cit.*, p. 78).

¹⁶ Cf. *ibid.*, 5,85; Bertrand LANÇON, Christian-Georges SCHWENTZEL, *L'Égypte hellénistique et romaine*, Paris, Nathan, 1999, pp. 17, 51; Edwin BEVAN, *Histoire des Lagides. 323 à 30 av. J.-C.*, Paris, Payot, 1934, p. 258; Marie-Françoise BASLEZ, *Histoire politique du monde grec antique*, 2ème ed., Paris, Nathan Université, 1999, p. 226. Na sequência do tratado de paz egípcio-sírio, Antíoco III abandona todas as suas pretensões territoriais, mantendo apenas a Selêucia Pieria; o tratado de paz assinado depois da Quarta Guerra Siro-Egípcia restaurou o *status quo ante* (cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, pp. 128-129 e 131).

¹⁷ O rei regressou em triunfo ao Egípto, sendo recebido também em festa em Alexandria. Agradou o exército com 300 000 moedas de ouro (cf. *ibid.*, p. 131). Uma parte do espólio de guerra foi, portanto,

Aos seus pés surge ajoelhado e aprisionado um asiático, e à sua direita, ostentando o diadema de longas plumas que recobrem o disco solar encerrado entre os chifres de vaca, com a testa ornada com a serpente *uraeus*, a sua esposa Arsínoe III, chamada «senhora dos Dois Países». Reenviando para o universo mitológico egípcio, à esquerda, surge a tríade divina Osíris, Ísis e Hórus. Qual «novo Hórus», bravo e destemido, Ptolomeu IV era um «vingador de seu pai», assumindo o título uma dupla dimensão, aplicável a Osíris e a Ptolomeu III Evérgeta I.

Vários fragmentos chegados até nós dão-nos conta do decreto trilingue (grego, demótico e hieroglífico) produzido por um sínodo sacerdotal em honra de Ptolomeu IV Filopator, no primeiro dia do mês de Paofi do seu 6.º ano do reinado, ou seja, a 15 de Novembro de 217 a. C., na sequência da vitória de Ráfia¹⁸. A terminologia usada, por mais estereotipada e convencional que seja, evoca directamente o confronto militar então ainda bastante recente. O início do decreto é, neste aspecto, muito eloquente:

«Quando era rei Ptolomeu [IV], filho de Ptolomeu [III], deus Filopator, a quem o seu pai outorgou a realeza, senhor das coroas, coberto de glória. Piedoso para com os deuses, salvador dos homens, superior aos adversários, tendo estabelecido a ordem no Egípto, tendo restaurado os assuntos sagrados, tendo consolidado as leis estabelecidas por Hermes [Tot] três vezes grande, senhor dos períodos de trinta anos como Hefaísto [Ptah] o grande, rei como o Sol [Ré], grande rei das regiões superiores e inferiores...»¹⁹.

Além de se louvar a piedade do soberano e a sua solicitude para com o povo do Egípto, o epíteto «superior aos seus adversários» (em grego: ἀντιπάλων ὑπερτέρου; em egípcio «Hórus, vencedor dos seus inimigos») é uma declaração de reconhecimento do seu sucesso militar face ao seu rival seléucida. Mas uma outra passagem da Estela de Pithom é ainda mais específica e inequívoca no elogio e na celebração da vitória militar de Ráfia:

repartido entre os oficiais e os soldados, embora, naturalmente, o essencial tenha ficado para o tesouro real (cf. M. I. ROSTOVTSSEFF, *op. cit.*, pp. 229, 291).

¹⁸ Chegaram até nós três versões do decreto: uma proveniente de Tufium (Tôd), outra de Kom el-Qala'a (Mit Rahina, antiga Méfnis) e a terceira de Tell el-Maskhuta, perto de Abu Sueir, no Delta Oriental. O decreto está conservado no Museu Egípcio do Cairo sob o n.º de inventário 31088 (cf. André BERNAND, *La prose sur la pierre dans l'Égypte hellénistique et romaine. Tome I. Textes et traductions*, Paris, Éditions du CNRS, 1992, pp. 36-42, e *id.*, *La prose sur la pierre dans l'Égypte hellénistique et romaine. Tome II. Commentaires*, Paris, Éditions du CNRS, 1992, pp. 37-44).

¹⁹ Tradução nossa, a partir de *ibid.*, *tome I*, p. 36.

«Ano 5, 1.º de Pakhon, ele [Ptolomeu IV] deixa Pelúcio e bate-se contra Antíoco perto de uma cidade chamada Ráfia, junto da fronteira do Egipto, a este de Bethleá e Psinifer (?). A 10 do mesmo mês, triunfou sobre ele de uma forma grande e nobre. Àqueles dos seus inimigos que foram capazes de se aproximar dele no decurso da batalha, ele estendeu-os mortos diante de si, da mesma forma como Horsiésis havia, no passado, morto os seus adversários. Ele obrigou Antíoco a abandonar o seu diadema e o seu toucado real. Antíoco fugiu com a sua escolta – os que permaneciam junto dele não eram muitos – de uma forma lamentável e triste, depois da sua derrota.»²⁰

Mas o eco do sucesso de Ráfia a nível internacional, que muito elevou a reputação dos Lágidas no estrangeiro, teria um elevado preço a nível interno no Egipto, designadamente nas duas décadas seguintes, já durante o reinado de Ptolomeu V Epifânio (205-180 a. C.), que minaria os fundamentos políticos e ideológicos da autoridade do poder sediado em Alexandria, desestabilizando o regime ptolomaico²¹.

Numa sociedade em situação colonial como a sociedade egípcia do período ptolomaico, resultante de uma conquista pelas armas, o aparelho militar era um meio imprescindível para criar e para manter a superioridade do grupo dominante em termos político-administrativos (os Greco-macedónios), embora minoritário do ponto de vista demográfico.

Necessidades conjunturais de recrutamento face à escassez de mercenários suplementares greco-macedónios das possessões externas ptolomaicas para o exército, o desejo de conseguir mais homens a baixos preços e o objectivo de assegurar uma superioridade numérica em pouco tempo²², levaram a que se deslocasse o eixo geográfico-étnico do recrutamento para o interior da *chôra* e, pela primeira vez na história militar lágida, ao lado das habituais falanges de soldados gregos e macedónios (sete falanges, num total de 28 000 homens), se formassem

²⁰ Tradução nossa a partir de E. BEVAN, *op. cit.*, p. 263.

²¹ Alan Edouard SAMUEL, «The Ptolemies and the ideology of kingship», *Hellenistic history and culture*, Berkeley/Los Angeles, 1993, p. 176.

²² Persuadido de que a entrega da Coelesíria seria inevitável face à incapacidade de Ptolomeu IV e à desorganização dos seus exércitos, Antíoco III, cuja posição inicial, em 220 a. C., era bastante confortável, assentiu num armistício de quatro meses, talvez subestimando o seu oponente, que, inteligentemente, os generais de Ptolomeu IV aproveitariam para conseguir aumentar os seus contingentes militares e para, como Políbio nos faz compreender, reorganizar completamente o exército lágida (cf. J. DELORME, *op. cit.*, p. 394; Pierre GRIMAL, *La civilisation hellénistique et la montée de Rome*, Paris, Bordas, 1971, p. 124; E. BEVAN, *op. cit.*, p. 256).

falanges egípcias (cinco falanges de *machimoi* egípcios, ou seja, 20 000 homens)²³. É também admitido que houve alguns indígenas egípcios (2 300) que foram instruídos e incorporados na arma da cavalaria²⁴. No total, estamos a falar de praticamente metade da força da infantaria ptolomaica e de cerca de 1/3 do total dos homens recrutados pelo rei lágida para a empresa militar de Ráfia.

Armada à macedónia, com compridas sarissas, e convenientemente preparada para os típicos movimentos da compacta massa de infantaria, através de um rigoroso programa de formação, a falange egípcia assim mobilizada foi integrada no exército ptolomaico da época, sob as ordens de oficiais egípcios, constituindo uma unidade de combate especial²⁵. Desta forma, o exército territorial ptolomaico ao incorporar os egípcios até então em estado de menoridade política e marginalizados militarmente, ou seja, ao abandonar o monopólio militar helénico, tornou-se, na plena acepção da palavra, uma força nacional, multi-étnica e multicultural²⁶. Era uma nova atitude (filha de uma nova necessidade) que implicava uma alteração radical das políticas anteriores²⁷.

Nas suas *Histórias*, Políbio destaca o apelo feito por Ptolomeu IV e por Antíoco III às tropas antes do embate de Ráfia:

«The substance of what was said on both sides was the same: for neither monarch had any glorious or famous achievement of his own to quote to those whom he

²³ Como dizia E. BEVAN, «la nécessité fut la mère d'une innovation sensationnelle» (E. BEVAN, *op. cit.*, p. 257) ou como escreve B. Anagnostou-Canas, «fut une option pragmatique conforme à une réalité critique» (Barbara ANAGNOSTOU-CANAS, «Rapports de dépendance coloniale dans l'Égypte Ptolémaïque I. L'appareil militaire», in *Bulletino dell'Istituto di Diritto Romano Vitorio Scialoja (BIDR)*, vol. XXXI-XXXII, 1989-90, p. 187). Tradicionalmente, os Ptolomeus haviam sido obrigados a completar ou mesmo a constituir os seus exércitos com mercenários. No passado, contingentes egípcios de considerável tamanho apenas haviam servido ocasionalmente no exército imperial ptolomaico (cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 130).

²⁴ Cf. E. VAN'T DACK, «L'armée de terre lagide: reflet d'un monde multiculturel?», in *Life in a multi-cultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond*, Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1992, p. 328, B. ANAGNOSTOU-CANAS, *op. cit.*, p. 186.

²⁵ O comando entregue a oficiais egípcios parece ter sido usado para solucionar eventuais problemas linguísticos que, doutra forma, poderiam sobrevir. Segundo H. HEINEN, o recrutamento e o treino dos nativos egípcios foi mantido o mais secreto possível: «All these troops were assembled as secretly as possible and trained near Alexandria while Ptolemaic government conducted the negotiations with Antiochus from Memphis in order to keep the enemy in the dark about the war preparations» (H. HEINEN, «The Syrian-Egyptian Wars and the new kingdoms of Asia Minor», in *Cambridge Ancient History*. Vol. VII, Part I: *The Hellenistic World*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 436).

²⁶ Não obstante, é preciso assinalar que a presença egípcia no exército profissional lágida continuava a ser minoritária e que embora existissem oficiais egípcios os altos cargos da hierarquia militar continuavam a ser entregues a greco-macedónios (cf. B. ANAGNOSTOU-CANAS, *op. cit.*, p. 234).

²⁷ É preciso recordar que a milícia egípcia (*machimoi*) antes do reinado de Filopator tinha participado nas expedições militares apenas como corpo auxiliar (cf. M. I. ROSTOVTSEFF, *op. cit.*, pp. 499, 500, 515).

was addressing, seeing that they had but recently succeeded to their crowns; but they endeavoured to inspire the men of the phalanx with spirit and boldness, by reminding them of the glory of their ancestors, and the great deeds performed by them. But they chiefly dwelt upon the hopes of advancement which the men might expect at their hands in the future; and they called upon and exhorted the leaders and the whole body of men, who were about to be engaged, to maintain the fight with a manly and courageous spirit. So with these or similar words, delivered by their own lips or by interpreters, they rode along their lines.»²⁸

Do lado ptolomaico, bem compreendido, este apelo aos falangistas incluía os recém-chegados egípcios que, assim, provavelmente através de «intérpretes», são exortados a defender corajosa e entusiasticamente a fama e o passado glorioso da dinastia lágida. Sem sucessos militares de sua própria autoria para evocar neste momento, o monarca egípcio (bem como o sírio) procura inspirar as suas hostes com os feitos do passado, reforçando-lhes directamente o significado da sua actuação presente para o próprio futuro do poder lágida. Para Políbio, foi a «força de espírito e a coragem» que deram a vitória aos soldados de infantaria de Ptolomeu IV, forçando Antíoco III à retirada para Antioquia (apesar do sucesso das suas tropas nos flancos) e à assinatura do tratado de paz, admitindo a sua derrota²⁹. A extensa falange egípcia teve um comportamento vigoroso derrotando o centro do exército selêucida, sendo, dessa forma, decisiva para a sorte final da batalha. Se não foram os principais artesãos da vitória, os Egípcios contribuíram incontestavelmente para ela³⁰. Antíoco III foi verdadeiramente surpreendido pela actuação dos mobilizados egípcios.

O inusitado concurso de cerca de 20 000 μάχιμοι indígenas («The Egyptians themselves supplied twenty thousand soldiers to the phalanx, and were under the command of Sosibius»³¹) teria, porém, resultados inesperados: conscientes do valor e da importância do seu contributo e da sua actuação no confronto militar, onde combateram e puseram em fuga as tropas greco-macedónias ao serviço do rei selêucida, os autóctones passaram a acalentar aspirações de promoção e valorização social e a reivindicar uma maior integração e participação política.

²⁸ POLÍBIO, 5.83. Ao que parece, a rainha Arsínoe III terá acompanhado o marido em Ráfia e terá também dirigido memoráveis e ardentes palavras de encorajamento aos exércitos na véspera da batalha.

²⁹ «[Antíoco] had been defeated in the whole battle by the want of spirit and courage shown by the rest.» (*ibid.*, 5, 85).

³⁰ Cf. B. ANAGNOSTOU-CANAS, *op. cit.*, pp. 187, 188.

³¹ POLÍBIO, 5, 65.

Foi o rastilho para o reacender de ideias e ideais nacionalistas contra o dominador estrangeiro³², o que levou a sedições internas e ao despertar da consciência nacional egípcia, agravadas, em certos casos, pela tradicional concepção de poder e pela própria crise económico-financeira que começara a generalizar-se e que viria justificar a intervenção de Roma nos assuntos do Mediterrâneo Oriental e, no final da linha, a perda definitiva da independência.

O direito de usar armas para defender o país, concedido, pela primeira vez, pelos Lágidas aos autóctones, despertou o sentimento e o orgulho nacional egípcio³³. Como escreve Peter Green, as «troupes égyptiennes avaient fliré l'odeur du sang et éprouvé leur force.»³⁴ Ao armar os naturais do Egipto contra o inimigo selêucida, o faraó Ptolomeu IV tomou uma decisão conveniente para o presente, mas comprometeu o futuro³⁵.

A posse de armas e a pertença efectiva ao exército ptolomaico estimulou a percepção de identidade dos autóctones, mudando a sua atitude estratégica face à hegemonia estrangeira e passando a combater pela sua própria identidade³⁶.

Logo no Inverno de 217-216 a. C., ocorreram levantamentos populares em Licópolis e Sais, cidades do Delta. Como mencionou Políbio, criticando assumidamente a decisão do rei lágida e estabelecendo uma relação directa entre o recrutamento de autóctones egípcios e o estado posterior de rebelião social:

«Ptolemy however immediately after these events became involved in a war with his Egyptian subjects. For in arming them for his campaign against Antiochus he had taken a step which, while it served his immediate purpose sufficiently well, proved eventually disastrous. Elated with their victory at Rhapsia they refused any longer to receive orders from the king; but looked out for a leader to represent

³² Cf. A. B. LLOYD, «Nationalist propaganda in ptolemaic Egypt», *Historia. Journal of Ancient History*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1982, p. 36.

³³ Cf. W. W. TARN, *La civilisation hellénistique*, Paris, Payot, 1936, p. 185.

³⁴ Peter GREEN, *D'Alexandre à Actium. Du partage de l'empire au triomphe de Rome*, Paris, Robert Lafont, 1997, p. 319.

³⁵ Cf. Claire PRÉAUX, «Esquisse d'une histoire des révolutions égyptiennes sous les Lagides», in *CdE 11*, Bruxelles, Musées Royaux d'Art et d'Histoire, 1936, p. 528. Sobre este aspecto, Rostovtseff escreveu: «L'innovation de Philopator, qui fut un succès pendant la guerre, se révéla désastreuse dès que celle-ci fut achevée» (M. I. ROSTOVTSSEFF, *op. cit.*, p. 500).

³⁶ Sobre o tema da guerra e da identidade e das suas convergências vide José Augusto RAMOS, «Guerras de identidade na época judeo-helenística», in *A Guerra na Antiguidade*, Lisboa, Editora Caleidoscópio, 2006, pp. 11-24. Este autor afirma, logo a abrir a sua reflexão: «As guerras são um espaço privilegiado para se levantarem as questões de identidade» (*ibid.*, p. 11).

them, on the ground that they were quite able to maintain their independence. And this they succeeded in doing before very long.»³⁷

O clima de insubmissão em relação à dominação estrangeira, com uma assumida coloração anti-helénica, instala-se e, progressivamente, já no início do reinado de Ptolomeu V, assiste-se a um aumento da oposição política aos Ptolomeus, cada vez mais frequente e perigosa, com levantamentos populares em Alexandria (que provocaram o linchamento de Agátocles, regente na menoridade do rei, e dos seus familiares³⁸) e com a declarada oposição política, apoiada pelo clero, no Alto Egipto (Tebaida) e no Baixo Egipto. O perigo destas revoltas contra os Ptolomeus residia no facto de agora os indígenas terem melhores armas e terem recebido adequada formação militar³⁹.

Sentimento nacionalista: o cisma dinástico na Tebaida

Concretamente em relação à revolta da Tebaida, estamos perante um movimento insurreccional que culminaria na fundação de um reino independentista em Tebas, em oposição aos Ptolomeus de Alexandria, com início em 207-206 a. C., ou seja, dez anos depois da batalha de Ráfia, ainda no reinado de Ptolomeu IV Filopator (16.º ano do seu reinado). O fim da rebelião só ocorreria no 19.º ano do reinado de Ptolomeu V Epifânio, isto é, em 187-186 a. C.

A realza lágida, instada a demonstrar a sua supremacia política sobre todo o território da *chôra*, moveu um ataque concertado aos rebeldes, no reinado de Filopator, obrigando-os a recuar para o Alto Egipto e a refugiarem-se no templo de Hórus, em Edfu, que passou a constituir o seu quartel-general⁴⁰. A tomada de

³⁷ POLÍBIO, 5.107. Políbio volta a frisar a mesma situação noutro livro (POLÍBIO, 14, 12) Em abono da verdade, é preciso mencionar que para muitos estudiosos continua sendo questionável a directa associação que Políbio estabelece entre a Batalha de Ráfia e os levantamentos populares egípcios (cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 154).

³⁸ As mortes de Agátocles e da sua irmã Agatocleia (amante do faraó Ptolomeu IV) foram ordenadas por Tlepolemo, um comandante da fortaleza de Pelúsio que, a seguir, cerca de 203 a. C., assumiu a regência de Ptolomeu V, antes de ser substituído, em 201 a. C., por Aristomenes (cf. Alan Edouard SAMUEL, «The Ptolemies and the ideology of kingship», *Hellenistic history and culture*, Berkeley/Los Angeles, 1993, p. 188, e G. HÖLBL, *op. cit.*, pp. 135, 136).

³⁹ Cf. M. I. ROSTOVTSEFF, *op. cit.*, p. 500.

⁴⁰ O templo de Edfu, cujas obras haviam começado a 23 de Agosto de 237 a. C., sob Ptolomeu III Evérgeta I, não estava ainda concluído. Faltava ainda terminar a parte interior da edificação (o que ocorreria sob Ptolomeu VI Filometor), a sala hipostila (na época de Ptolomeu VIII Evérgeta II), o pátio ao ar livre e o

Tebas (a cerca de 100 km a norte de Edfu) pelos revoltosos, em 207-206 a. C., assinalaria um novo momento da luta, mais radicalizada e mais tensa: de um estado de revolta passou-se à instituição de um realza independente, colateral, da realza legítima, com o núbio Horuenefer a tomar o título de faraó. De uma fase mais marcada pelos sentimentos de identidade evoluiu-se para um momento de assumida vontade de independência política.

As duas décadas de distúrbios e de estabelecimento de um estado rival do estado alexandrino, com o consequente exercício dos direitos de soberania na Tebaida e a privação dos cofres reais de Alexandria da percepção dos impostos, que iria agravar a já precária situação económica do Estado lágida, foram realmente marcados pela proclamação oficial de dois autóctones, de origem núbia, como faraós: primeiro, Horuenefer (206-205 a 201-200 a. C. – 6 anos de reinado) e depois Ankhuenfer (201-200 a 187-186 a. C. – 15 anos de reinado)⁴¹.

O reinado de Horuenefer, *Hr-wn-nfr*, «Hórus é Osiris», no Alto Egipto, coincidiu com os dois últimos anos do reinado de Ptolomeu IV Filopator e com os primeiros cinco anos de Ptolomeu V Epifânio. Já o reinado de Ankhuenfer, *ꜥnh-wn-nfr*, «Osiris está sempre vivo», coincidiu com 15 anos (do total de 24 anos) do reinado de Ptolomeu V Epifânio, ou seja, entre o 6.º e o 19.º anos da dominação do lágida⁴².

pilone (já durante os reinados de Ptolomeu IX Sóter II e Ptolomeu XII Neos Dionisos Auleta). O estado de revolta até 186 a. C. impossibilitou inclusive a continuidade das obras no templo de Edfu, bem como noutros templos do Sul do Egipto (cf. Barbara WATTERSON, *The house of Horus at Edfu. Ritual in an ancient Egyptian temple*, Gloucestershire, Temple, 1998, pp. 25-26; Dieter KURTH, *The temple of Edfu. A Guide by an Ancient Egyptian Priest*, Cairo-New York, The American University in Cairo Press, 2004, p. 49; e P. W. PESTMAN, «Harmachis e Anchnachis, deux rois indigènes du temps des Ptolémées», *CdE XL*, n.º 79, janvier 1965, Bruxelles, Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1965, p. 168; G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 155).

⁴¹ Até 1977, os nomes destes dois governantes indígenas eram lidos nos documentos demóticos como Harmachis e Anchnachis, respectivamente. Depois das dúvidas lançadas por F. de Cenival e K. T. Zauzich, está actualmente estabelecido que a leitura correcta é *Hr-wn-nfr* e *ꜥnh-wn-nfr*. As transcrições gregas são dadas como Hurgonaphor e Chaonnofris. As hesitações iniciais dos estudiosos derivaram do carácter cursivo da escrita demótica, em que os grupos da escrita hieroglífica estão reduzidos a um ou a vários signos cursivos (cf. Katelijm VANDORPE, «The chronology of the reigns of Hurgonaphor and Chaonnophris», in *CdE LXI* (1968), Bruxelles, Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1968, p. 294; Willy CLARYSSE, «Notes de prosopographie thébaine. 7. Hurgonaphor et Chaonnophris, les derniers pharaons indigènes», in *CdE LIII* (1978), Bruxelles, Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1968, pp. 244, 245; P. W. PESTMAN, *op. cit.*, p. 158. Vide também Jürgen VON BECKERATH, *Handbuch der Ägyptischen Königsnamen*, MÄS 49, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, 1999, p. 246 a) e b)). Um óstrakon de Karnak, datado de 11 de Novembro de 206 a. C., é a mais antiga evidência do início da dominação de Horuenefer (cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 155).

⁴² Cf. K. VANDORPE, *op. cit.*, p. 299, e P. W. PESTMAN, *op. cit.*, p. 167.

Ambos os reis revoltosos, cujos nomes revelam que os antigos deuses egípcios surgem como uma espécie de comanditários divinos da sua empresa de controlo do Alto Egipto, foram oficialmente reconhecidos como faraós pelo clero tebano de Amon e tudo leva a crer que foram mesmo coroados pelos sacerdotes de Tebas, tal como em 196 a. C. aconteceu com Ptolomeu V Epifânio, coroado pelos sacerdotes de Ptah, em Mênfis⁴³. Mênfis e Ptah apoiam o macedónio. Tebas e Amon acolhem o núbio⁴⁴.

O apoio tebano-amoniano sustenta, pois, a própria oposição (ou não fosse o clero de Amon, em Tebas, hostil à dinastia macedónica) e denota uma conflitualidade («oposição ideológica», como lhe chama G. Hölbl⁴⁵) latente, lateral, existente também entre os cleros indígenas: o faraó «amado de Ptah», *mr-Pth*, (Ptolomeu V), contra os faraós «amados de Amon», *mr-Imn* (Horunnefer e Ankhuennefer)⁴⁶. As forças políticas centrífugas do Sul (com antiquíssimas manifestações ao longo da história do Egipto) foram no período ptolomaico profundamente animadas pelas rivalidades clericais, o mesmo é dizer, pelas antigas forças administrativas do país⁴⁷.

Como defende Robert Bianchi, «the Theban revolt, and the others which followed, were doubtless possible because those Egyptians who were in positions of responsibility recognized that the administrative mechanisms which they themselves had once directed for the Crown could be easily adjusted to serve nationalistic interests. The revolt suddenly made manifest the latent strength of the native Egyptians in all sectors of Ptolemaic society»⁴⁸. Neste sentido, do ponto de vista cultural, a oposição clerical é uma autêntica guerra civil. Não é só o «inimigo estrangeiro» que é combatido, mas também, no fundo, os apoiantes internos desse inimigo.

⁴³ Cf. *ibid.*, p. 158, Pierre JOUGUET, «Le roi nubien Hurgonaphor et les révoltes de la Thébaïde», in *Mélanges offerts à M. Octave Navarre par ses élèves et ses amis*, Toulouse, Édouard Privat, 1935, p. 265, e W. CLARYSSE, *op. cit.*, p. 251. Cf. também Dorothy J. THOMPSON, «L'Égypte des Ptolémées», in Andrew ERSKINE (dir.), *op. cit.*, p. 161.

⁴⁴ Cf. C. PRÉAUX, *op. cit.*, p. 532. Vide também Maurice ALLIOT, «La Thébaïde en lutte contre les rois d'Alexandrie sous Philopator et Épiphanes (216-184)», in *Revue belge de philosophie et d'histoire (RBPhH)*, 29, Bruxelles, Lamertin, 1951, p. 422.

⁴⁵ Cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 155.

⁴⁶ Cf. José das Candeias SALES, *Ideologia e propaganda real no Egipto Ptolomaico (305-30 a. C.)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, Anexo I, p. 363. Aqui afastamo-nos de Gunther Hölbl que rejeita a pressão e a influência dos sacerdotes nas revoltas nacionalistas egípcias, preferindo vê-las, sobretudo, como um resultado do descontentamento das massas populacionais de trabalhadores perante o opressivo regime económico-fiscal e os impostos necessários para a Quarta Guerra Síria e pelo recrutamento dos 20 000 *machimoi* (cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, pp. 153-154).

⁴⁷ Em termos geográficos, o território dos dois faraós núbios estendia-se de Coptos, a norte, até Elefantina, a sul (cf. P. W. PESTMAN, *op. cit.*, p. 168).

⁴⁸ Robert S. BIANCHI, «Ptolemaic Egypt and Rome: An Overview», in *Cleopatra's Egypt. Age of Ptolemies*, Brooklyn, The Brooklyn Museum, 1988, p. 16.

Aproveitando a morte de Horuenefer e o facto de Ankhuennefer não ser seu filho nem sucessor legítimo, logo de existir uma certa fraqueza-divisão entre os núbios, Ptolomeu V Epifânio tentou, entre 199 e 197 a. C., acabar com a rebelião nacionalista. Como refere a Pedra de Roseta (linhas 21-27), o poder central investiu sobre o Alto Egipto (reconquistou a cidade de Tebas, a sede ideológica da realeza rebelde, em 199 a. C., no 6.º ano de reinado de Ptolomeu V, e cercou Abidos) e no Baixo Egipto apoderou-se de Licópolis (197 a. C., no 8.º ano de reinado), uma cidade do 19.º *nomos* do Delta, provavelmente perto de Busíris, mas cuja exacta localização permanece ainda incerta⁴⁹.

No sul, a vitória dos alexandrinos foi, porém, episódica. Paulatinamente, Ankhuennefer afirma a sua autoridade na Tebaida. Com a ajuda militar proveniente da Núbia, presumivelmente contingentes oficiais enviados pelo rei meroítico, Ankhuennefer reconquista Tebas para os revoltosos. Entre 190 e 188 a. C., os confrontos directos entre as forças lágidas e os partidários do rei núbio, nomeadamente no *nomos* de Assiut, redundaram na repartição de vitórias para ambos os lados.

Para o período entre 188 e 187 a. C. não há textos datados que permitam uma reconstituição/interpretação histórica sustentada. Depois de 187 a. C., o poder lágida assume definitivamente o controlo total do norte da Tebaida e, a 27 de Agosto de 186 a. C., Komanos, um dos generais ao serviço dos governantes ptolomaicos, estacionado em Akoris, no *nomos* de Hermópolis, no Médio Egipto, massacra os contingentes núbios, vence o «faraó indígena» e consegue sustentar o movimento secessionista da Tebaida (Ankhuennefer é aprisionado e o seu filho morto)⁵⁰.

O «inimigo dos deuses» que desafiara a ideologia oficial estava vencido. Terminava a secessão da Tebaida e o faraó ptolomaico sediado em Alexandria voltava a ser o único rei legítimo do Egipto. O Decreto de Amnistia, de 9 de Outubro de 186 a. C., que perdoou os crimes dos envolvidos na insurreição, permitindo o seu regresso a casa, qual decreto filantrópico, atesta a recuperação total de todas as prerrogativas por parte de Ptolomeu V Epifânio.

Concomitantemente, o faraó egípcio não poupou despesas para equipar os templos com tudo o que necessitavam. Como dominador político benfeitor e responsável assegurava o bem-estar dos deuses autóctones e dos seus sacerdotes,

⁴⁹ Cf. José das Candeias SALES, *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 38, 49, 50 e 61.

⁵⁰ Cf. P. W. PESTMAN, *op. cit.*, p. 160, M. ALLIOT, *op. cit.*, p. 438.

contribuindo assim inteligentemente para a diminuição ou eliminação das forças anti-ptolomaicas no Alto Egípto. O esforço do poder central para se conciliar com o poderoso clero local revela a tentativa de criar uma espécie de «ideologia comum do poder»⁵¹. Mas para garantir que o controlo era mesmo eficiente, o governo de Alexandria mandou instalar soldados gregos nas comunidades egípcias⁵².

A partir de 186 a. C., é introduzida uma inovação administrativa na Tebaida criando-se o cargo de epistratego⁵³. Como governador-geral permanente da Tebaida, o novo alto funcionário detinha poderes administrativos, civis e militares e assumia uma autoridade mais forte no Alto Egípto. O exemplo dos «dias dos distúrbios» (Pedra de Roseta, linha 20) não fora esquecido: pretendia-se desta forma fortalecer a autoridade lágida e evitar que numa região endémica e potencialmente rebelde ocorressem novas insurreições políticas anti-lágidas⁵⁴.

Conclusão

Talvez não seja exagerado afirmar que o cisma dinástico de Horuenefer e Ankhuefer constituiu o momento-chave do relacionamento político interno no Egípto ptolomaico e que os vinte anos da dissidência da Tebaida («la révolte la plus grave à laquelle a dû faire face la dynastie gréco-macédonienne»⁵⁵; «the most important rebellion against Ptolemaic rule»⁵⁶) são a consequência política mais visível da batalha de Ráfia. Os Ptolomeus pagaram então, muito caro, diga-se, a factura da sua ousada inovação de 217 a. C.

⁵¹ C. P. GREEN, *op. cit.*, p. 320.

⁵² Cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 157.

⁵³ Cf. A. BERNAND, *Leçon de civilisation*, Paris, Fayard, 1994, pp. 242-243. Komanos foi o primeiro epistratego da Tebaida. Sobre outras causas associadas à criação da epistrategia (inflação monetária, crise económica, alterações administrativas, tendências centralizadoras, etc.), cf. E. VAN'T DACK, «Notes concernant l'épistratégie ptolémaïque», *Aegyptus* 32, Milano, Università Cattolica del Sacro Cuore, 1952, pp. 438 e ss.; Willy PEREMANS, «Les révolutions égyptiennes sous les Lagides», in *Das ptolemaische Ägypten*, Berlim, Deutsches Archäologisches Institut, 1976, pp. 39-50. Vide também E. VAN'T DACK, «L'évolution de l'épistratégie dans la Thébaïde au I^{er} siècle av. J.-C.», *OPL* 6/7, 1975/76, pp. 577-587; G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 157.

⁵⁴ Em 131-130 a. C., ocorreria na Tebaida nova rebelião contra o rei lágida (reinado de Ptolomeu VIII Evérgeta II). Em 90 a. C., durante dois anos, Ptolomeu IX Sóter II teve de enfrentar nova rebelião, atizada, uma vez mais, pelos sacerdotes de Tebas. Em 29 a. C., um novo levantamento, desta feita contra os Romanos, seria detido sob as ordens do prefeito Cornélius Gallus. Os efeitos da rebelião da Tebaida do século II a. C. persistiriam, pois, durante várias gerações (cf. A. BATAILLE, *op. cit.*, p. 345; C. PRÉAUX, *op. cit.*, pp. 543, 544, 548 e 549; D. THOMPSON, *op. cit.*, p. 161).

⁵⁵ Willy CLARYSSE, *op. cit.*, p. 243.

⁵⁶ K. VANDORPE, *op. cit.*, p. 294.

Como escreveu Políbio, «For in arming them for his campaign against Antiochus he [Ptolomeu IV Filopator] had taken a step which, while it served his immediate purpose sufficiently well, proved eventually disastrous.»⁵⁷. A inesperada vitória de Ráfia despertou o fervor nacionalista egípcio e este minou irreversivelmente o estado ptolomaico, sendo, nesta perspectiva, uma causa remota da queda do império lágida⁵⁸.

Não se pode, todavia, explicar as revoluções egípcias apenas, como faz Políbio, em função da política internacional de equilíbrio do estado lágida⁵⁹. Não se pode falar de uma causa única e isolada: o enfraquecimento da actividade económica, determinado, por sua vez, pelo enfraquecimento do poder real, a tensão e diferenciação socio-étnica (em Alexandria e na *chôra*), a crise económica que se fez sentir sobretudo sobre os indígenas e a actividade centrífuga do clero e das dinastias amoniano-núbias no Sul do Egipto de marcado carácter separatista, são, na transição do século III a. C., significativos elementos da natureza da conjuntura de então que muito contribuíram para o movimento revolucionário egípcio.

Desde a conquista de Alexandre, o mundo helenístico era um «mundo militar», um mundo em guerra permanente, reservando-se na ideologia do *basileus* e na gesta do herói, um plano de destaque para a força militar e para o mérito do chefe⁶⁰. Os reis helenísticos, chefes de exército, eram, pois, descendentes de uma cultura guerreira, fundando-se o seu poder, a sua autoridade e a sua realeza numa contínua tensão e luta nos campos militares, sendo a guerra, de facto, o principal meio para resolver diferenças e para afirmar a sua legitimidade política e os exércitos o principal pilar da sua dominação⁶¹.

No caso da batalha de Ráfia, podemos dizer que o mérito de Ptolomeu IV foi, de certa forma, inglório: vitorioso na Quarta Guerra Síria, é certo, não conseguiu, porém, manter, com a ajuda da sua poderosa armada, a supremacia do império lágida que herdou, inibindo as ambições de Antíoco III, nem legar um estado de paz

⁵⁷ POLÍBIO, 5, 107.

⁵⁸ No entanto, como reconhece G. HÖLBL, é difícil de estabelecer até que ponto a oposição aos Ptolomeus é uma oposição específica e directa ou até que ponto é uma recuperação ou mesmo continuação da resistência egípcia aos dominadores anteriores do Egipto, os Persas (cf. G. HÖLBL, *op. cit.*, p. 153). Da mesma forma, é difícil de avaliar e medir a intensidade do sentimento nacional ou o peso do factor social nas revoluções egípcias (cf. W. PEREMANS, *op. cit.*, p. 42).

⁵⁹ De facto, Políbio nunca evoca razões económicas ou sociais para explicar os movimentos de rebelião contra os Ptolomeus (cf. C. PRÉAUX, *op. cit.*, p. 528).

⁶⁰ Cf. André AYMARD, Jeannine AUBOYER, *L'Orient et la Grèce antique*, Paris, Quadrige/PUF, 1953, p. 410. Vide também C. PRÉAUX, *Le monde hellénistique*. Tome Premier, pp. 183-205, P. BAKER, *op. cit.*, p. 383, e *id.*, «La Guerre», p. 478.

⁶¹ Cf. *ibid.*, pp. 479-480.

duradoura para os seus sucessores, como as posteriores guerras com os Selêucidas viriam a revelar⁶², nem tampouco para os seus súbditos, que acabaram por se rebelar e por questionar seriamente a prioridade dos Gregos no Egipto e os fundamentos do próprio poder lágida no Egipto⁶³.

Gunther Hölbl caracteriza sumariamente este momento da história dos Lágidas de forma liminar: «Under Ptolemy IV, the kingdom could still display a brilliant façade stemming from its supremacy in the foreign politics of the eastern Mediterranean. The victory at the battle of Raphia, however, marked the close of a glorious era, the end of the “century of the Ptolemies”. In the later years of Philopator’s reign, the Ptolemaic empire began to totter on its feet like a colossus unsure of its step. The high costs of the Fourth Syrian War, the insurrections in southern Egypt and the establishment of a Theban pharaonic state had no doubt taken their toll on the vitality of Egypt’s economy.»⁶⁴

De facto, mais tarde, Antíoco III da Síria e Filipe V da Macedónia, aproveitaram-se da crise interna do Egipto para, esquecendo as desavenças do passado, concluir um pacto para a invasão dos territórios lágidas e para se apoderarem de determinadas possessões e bases navais em todo o Mediterrâneo Oriental e assim eliminarem a hegemonia ptolomaica. Antíoco III, *o Grande*, atacou de novo o Egipto e reapossou-se finalmente, após a batalha de Pânias (200 a. C.), da Coelesíria e da Palestina (Gaza e Judá), objecto de um século de lutas. Chegara o momento de vingar a derrota sofrida em Ráfia. Filipe V recuperou a Querónésia, Samos e outras ilhas do Egeu, confiscou domínios e propriedades ptolomaicas na Trácia e entrou na Ásia Menor (Cária).

Com a perda definitiva da Síria e da Palestina, na sequência da Quinta Guerra da Síria (202-195 a. C.), e com os ataques macedónicos no Egeu, em 201 a. C., o império lágida independente desmoronou-se, só conseguindo reter Chipre, a Cirenaica e as bases egeias de Itanos, Thera e Methana⁶⁵. Ao fim de pouco mais de

⁶² A Quinta Guerra Síria teria lugar entre 202 e 194-193 a. C. (reinados de Ptolomeu V Epifânio e Antíoco III), ao passo que a Sexta Guerra Síria, entre Ptolomeu VI Filometor e Antíoco IV Epifânio, marcou os anos entre 180 e 168 a. C. No final, a posição relativa das duas potências na cena internacional acabou por se inverter.

⁶³ Edwin Bevan é cáustico na condenação da acção de Ptolomeu IV, afirmando que «il réussit avant sa mort à mettre l’Égypte en un état de faiblesse désormais de retrouver la fière situation qu’elle avait occupée sous les trois premiers rois macédoines. A partir de son règne, l’histoire de l’Égypte est marquée, à l’intérieur, par la puissante croissance de l’élément indigène et à l’extérieur, par l’importance de moins en moins grande de l’Égypte dans la politique internationale» (E. BEVAN, *op. cit.*, p. 249).

⁶⁴ Cf. G. HÖBL, *op. cit.*, p. 134.

⁶⁵ Cf. *ibid.*, p. 142.

um século, terminava o extenso império conquistado e mantido pelos três primeiros Ptolomeus.

A perda da preeminência do Egipto no Mediterrâneo Oriental suscitou uma maior atenção de Roma pelos assuntos políticos dessa zona. Intensificaram-se, por isso, os contactos e as relações diplomáticas entre os vários reinos helenísticos e o Senado romano.

A partir de 168 a. C., Roma passa a participar cada vez mais na definição da política internacional do Mediterrâneo. Objectiva e, comparativamente, com outras monarquias, tal intervenção viria, ainda assim, a beneficiar particularmente o Egipto, na medida em que foi o último dos reinos helenísticos a perder a sua independência⁶⁶.

A perda do império enfraqueceu a monarquia lágida e deixou uma reduzida margem de manobra política e diplomática para os seus soberanos face ao verdadeiro protectorado que Roma lançou sobre o Egipto nos reinados de Ptolomeu VI Filometor e de Ptolomeu VIII Evérgeta II, ou seja, praticamente durante todo o século II a. C.

Com a morte de Ptolomeu Ápio, sem herdeiros, em 96 a. C., a Cirenaica foi deixada em testamento a Roma. Apesar de o Senado romano não ter tomado de imediato posse da sua herança, a região estava definitivamente fora da alçada dos Lágidas do Egipto. Perdiam-se as últimas possessões do antigo império dos Lágidas. 96 a. C. assinala uma etapa importante na desintegração desse império.

Em 80 a. C., o testamento político de Ptolomeu XI Alexandre II fazia da cidade de Roma sua legatária, reconhecendo e compensando assim todo o apoio prestado pelos Romanos à monarquia egípcia⁶⁷. Independentemente dos impedimentos jurídicos em torno da autenticidade e validade do testamento, o Egipto e Chipre pertenciam, a partir de então, a Roma que, em 58 a. C. decide anexar Chipre.

⁶⁶ Cf. Luca de REGIBUS, «Tolomeo V Epifane e l'intervento romano nel Mediterraneo Orientale», in *Aegyptus. Rivista italiana di Egittologia e di Papirologia*, Anno XXXII, Milano, Università Cattolica (Scuola di Papirologia), 1952, p. 100. A Macedónia, que apoiara Aníbal na luta contra Roma, foi o primeiro reino a sucumbir ante os Romanos, em 197 a. C., na batalha de Cinoscéfalos, na Tessália, situação que, no quadro dos conflitos do Mediterrâneo Oriental, favoreceu, momentaneamente, os projectos de Antioco III.

⁶⁷ Há autores que consideram o testamento político a favor de Roma uma iniciativa de Ptolomeu X Alexandre I e não de Ptolomeu XI Alexandre II (cf. E. VAN'T DACK, «Toujours le testament d'un Ptolémée Alexandre», in *The Judean-syrian-egyptian conflict of 103-101 B.C. A multilingual dossier concerning a «War of Sceptres»*, Collectanea Hellenistica 1, Brussel, Comité Klassieke Studies, 1989, pp. 23, 156-161). De facto, tudo leva a crer que tal documento foi forjado em Roma para justificar a sua crescente intromissão nos assuntos do Egipto. Aliás, é muito pouco provável que Ptolomeu XI nos 19 dias do seu agitado reinado tivesse feito tal testamento (cf. E. BEVAN, *op. cit.*, p. 388).

A Guerra na Antiguidade III

Os reinados de Ptolomeu XII e de seus filhos, até 30 a. C., não obstante preservarem teoricamente a autonomia do território, foram vividos num quadro de manifesta dependência política e económica de Roma, com a inevitável instalação de sucessivas legiões em território egípcio. Os soberanos lágidas não controlavam já os destinos do seu reino. O reino estava perdido. A instauração do principado de Octávio sobre o Egipto culminaria todo este processo que, de uma forma global e integrada, pode ser visto como o percurso do Egipto lágida de império a província, onde a batalha de Ráfia de 217 a. C. pontua como evento-momento de alteração estrutural.

Como bem reconhecia Jean Delorme, a batalha de Ráfia «porte la marque de son temps qui est une époque de transition»⁶⁸.

⁶⁸ J. DELORME, *op. cit.*, p. 404.

BIBLIOGRAFIA

Fontes:

- AUSTIN, M. M., *The hellenistic world from Alexander to the roman conquest. A selection of ancient sources in translation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981.
- BAGNALL, Roger S.; DEROW, Peter, *Greek Historical Documents: The Hellenistic Period*, California, Scholars Press for The Society of Biblical Literature, 1981, p. 228.
- BERNAND, André, *La prose sur la pierre dans l'Égypte hellénistique et romaine. Tome I. Textes et traductions*, Paris, Éditions du CNRS, 1992.
- BERNAND, André, *La prose sur la pierre dans l'Égypte hellénistique et romaine. Tome II. Commentaires*, Paris, Éditions du CNRS, 1992.
- BERTRAND, Jean-Marie, *L'hellénisme. 323-31 av. J.-C. Rois, cités et peuples*, Paris, Armand Colin, 1992, p. 197.
- DELORME, Jean, *Le monde hellénistique (323-133 avant J.-C.). Événements et institutions*, Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1975.
- POLÍBIO, *Histoire*, Paris, Éditions Gallimard, 1970.
- POLÍBIO, *Histories*, London, New York, Macmillan, 1962.
- POLÍBIO, *The Histories I-VI*, London/New York/Cambridge, Mass Loeb, 1974.

Obras gerais:

- AAVV, *La civilisation hellénistique et la montée de Rome*, Paris, Bordas, 1971.
- BERNAND, A., *Leçon de civilisation*, Paris, Fayard, 1994.
- BEVAN, Edwin, *Histoire des Lagides. 323 à 30 av. J.-C.*, Paris, Payot, 1934.
- BOWMAN, Alan K., *Egypt after the pharaohs. 332 BC – AD 642 from Alexander to the Arab Conquest*, London, British Museum Publications, 1986.
- CABANES, Pierre, *Le monde hellénistique. De la mort d'Alexandre à la paix d'Apamée (323-188)*, Paris, Éditions du Seuil, 1995.
- Cambridge Ancient History, Vol. VII, Part I. The Hellenistic World, 2.^a ed.*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- Cleopatra's Egypt. Age of Ptolemies*, Brooklyn, The Brooklyn Museum, 1988.
- GREEN, Peter, *D'Alexandre à Actium. Du partage de l'empire au triomphe de Rome*, Paris, Robert Lafont, 1997.
- HÖLBL, Günther, *A history of the ptolemaic empire*, London/New York, Routledge, 2001.
- KURTH, Dieter, *The temple of Edfu. A Guide by an Ancient Egyptian Priest*, Cairo/New York, The American University in Cairo Press, 2004.
- LÉVÊQUE, Pierre, *O mundo helenístico*, Lisboa, Edições 70, 1987.
- PRÉAUX, Claire, *Le monde hellénistique. La Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.)*, Tome Premier, Paris, PUF, 1978.
- PRÉAUX, Claire, *Le monde hellénistique. La Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.)*, Tome Second, Paris, PUF, 1978.

A Guerra na Antiguidade III

- ROSTOVTSEFF, Michel Ivanovic, *Histoire économique et sociale du monde hellénistique*, Paris, Robert Laffont, 1989.
- SALES, José das Candeias, *Estudos de Egiptologia. Temáticas e Problemáticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- SALES, José das Candeias, *Ideologia e propaganda real no Egipto Ptolomaico (305-30 a. C.)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- SCHWENTZEL, Christian-Georges, *Images d'Alexandre et des Ptolémées*, Paris, Mouton-Rédéditions, 1999.
- SKEAT, Theodore Cressy, *The reigns of the Ptolemies*, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1969.
- TARN, W. W., *La civilisation hellénistique*, Paris, Payot, 1936.
- VEÏSSE, Anne-Emmanuelle, *Les «révoltes égyptiennes». Recherches sur les troubles intérieurs en Égypte du règne de Ptolémée III à la conquête romaine*, Leuven-Paris-Dudley, MA, Peeters, 2004.
- VON BECKERATH, Jürgen, *Handbuch der Ägyptischen Königsnamen, MÄS 49*, Mainz, Verlag Philipp von Zabern, 1999.
- WATTERSON, Barbara, *The house of Horus at Edfu. Ritual in an ancient Egyptian temple*, Gloucestershire, Temple, 1998.
- WILL, E.; MOSSÉ, C.; GOUKOWSKY, P., *Le monde grec et l'Orient. Le IV^e siècle et l'époque hellénistique*, Paris, PUF, 1990.

Artigos:

- AGER, Sheila L., «Un équilibre précaire. De la mort de Séleucos à la bataille de Raphia», in Andrew Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004, pp. 63-82.
- ALLIOT, Maurice, «La Thébaidé en lutte contre les rois d'Alexandrie sous Philopator et Épiphane (216-184)», in *Revue belge de philosophie et d'histoire (RBPhH)*, 29, Bruxelles, Lamertin, 1951, pp. 421-443.
- ANAGNOSTOU-CANAS, Barbara, «Rapports de dépendance coloniale dans l'Égypte Ptolémaïque I. L'appareil militaire», in *Bulletino dell'Istituto di Diritto Romano Vittorio Scialoja (BIDR)*, vol. XXXI-XXXII, 1989-90, pp. 151-236.
- ANAGNOSTOU-CANAS, Barbara, «Rapports de dépendance coloniale dans l'Égypte ptolémaïque, II. Les rebelles de la chôra», in *Proceedings of the XIX International Congress of Papyrology*, Cairo, 1992, pp. 323-372.
- BAGNALL, Roger S., «The origin of ptolemaic cleruchs», in *BASP* 21, 1984, pp. 7-20.
- BAKER, Patrick, «La guerre à l'époque hellénistique», in *L'Orient méditerranéen de la mort d'Alexandre aux campagnes de Pompée. Cités et royaumes à l'époque hellénistique*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2003, pp. 381-401.
- BAKER, Patrick, «La Guerre», in Andrew Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004, pp. 477-494.
- BATAILLE, André, «Thèbes gréco-romaine», in *CE* 26, 1951, pp. 325-351.

A batalha de Ráfia (217 a. C.) e o «nacionalismo» egípcio do período ptolomaico

- BIKERMAN, E., «L'avènement de Ptolémée V Épiphane», in *CdE XV*, n.º 29, janvier 1940, Bruxelles, Musées Royaux d'Art et d'Histoire, 1940, pp. 124-131.
- BINGEN, J., «Économie grecque et société égyptienne au III^e siècle», in *Das ptolemäische Ägypten* (editado por H. Maehler e V. M. Strocka), Berlim, Deutsches Archäologisches Institute, 1976, pp. 211-219.
- BINGEN, J., «Les épistratèges de Thébaïde sous les derniers Ptolémées», in *CdE 45*, 1970, pp. 369-378.
- CAUVILLE, Sylvie; DEVAUCHELLE, Didier, «Le temple d'Edfou: étapes de la construction. Nouvelles données historiques», in *RdE 35*, 1984, pp. 31-55.
- CLARYSSE, Willy, «Greeks and Egyptians in the ptolemaic army and administration», in *Aegyptus. Rivista italiana de Egittologia e di Papirologia*, 65, Milano, Università Cattolica del Sacro Cuore, 1985, pp. 57-66.
- CLARYSSE, Willy, «Notes de prosopographie thébaine. 7. Hurgonaphor et Chaonnophris, les derniers pharaons indigènes», in *CdE LIII* (1978), Bruxelles, Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1968, pp. 243-253.
- CLARYSSE, Willy, «Some greeks in Egypt», in *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond* (edited by Janet H. Johnson), Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1992, pp. 51-56.
- DERCHAIN, Philippe, «Grecs et égyptiens en Égypte à l'époque hellénistique. Essai sur les rapprochements culturels», in *Bulletin de l'Association angevine et nantaise d'Égyptologie Isis*, n.º 5, Angers, 1998, pp. 7-17.
- DOYEN, Florence; PREYS, Rene, «La présence grecque en Égypte ptolémaïque: les traces d'une rencontre», in *L'atelier de orfèvre. Mélanges offerts à Ph. Derchain* (édités par M. Broze et Ph. Talon), Leuven, Peeters, 1992, pp. 63-85.
- JOUGUET, Pierre, «Le roi nubien Hurgonaphor et les révoltes de la Thébaïde», in *Mélanges offerts à M. Octave Navarre par ses élèves et ses amis*, Toulouse, Édouard Privat, 1935, pp. 265-273.
- JOUGUET, Pierre, «Les Lagides et les indigènes égyptiens», in *Revue belge de philosophie et d'histoire (RBPhH)*, n.º 3, Jul. 1923, Bruxelles, Lamertin, 1923, pp. 419-445.
- LLOYD, Alan B., «Nationalist propaganda in ptolemaic Egypt», in *Historia. Journal of Ancient History*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1982, pp. 33-55.
- LLOYD, Alan B., «The Ptolemaic Period (332-30 BC)», in Ian Shaw (ed.), *The Oxford History of Ancient Egypt*, Oxford, Oxford University Press, 2000, pp. 415-417.
- MOOREN, Leon, «Sur l'identification des Égyptiens et des étrangers dans l'Égypte des Lagides», in *AncSoc I*, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven, 1970, pp. 25-38.
- MOOREN, Leon, «The nature of the hellenistic monarchy», in *Egypt and the Hellenistic World. Proceedings of the International Colloquium. Leuven. 24-26 May 1982* (edited by E. Van't Dack, P. van Dessel and W. van Gucht), Lovanii, 1983, pp. 205-240.
- PEREMANS, Willy, «Classes sociales et conscience nationale en Égypte ptolémaïque», in *Miscellanea in Honorum Josephi Vergote*, Leuven, Departement Oriëntalistiek, 1975/ 76, pp. 443-453.
- PEREMANS, Willy, «Égyptiens et étrangers dans l'Égypte ptolémaïque», in *Grecs et barbares*, Genève, Fondation Hardt, 1962, pp. 121-166.

A Guerra na Antiguidade III

- PEREMANS, Willy, «Ethnies et classes dans l'Égypte ptolémaïque», in *Recherche sur les structures sociales dans l'Antiquité classique*, Paris, CNRS, 1970, pp. 213-223.
- PEREMANS, Willy, «Les indigènes égyptiens dans l'armée de terre des lagides. Recherches anthroponymiques», in *AncSoc* 9, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven, 1978, pp. 83-100.
- PEREMANS, Willy, «Les révolutions égyptiennes sous les Lagides», in *Das ptolemäische Ägypten* (editado por H. Maehler e V. M. Strocka), Berlim, Deutsches Archäologisches Institute, 1976, pp. 39-50.
- PESTMAN, P. W., «Harmachis e Anchmachis, deux rois indigènes du temps des Ptolémées», in *CdE* XL, n.º 79, janvier 1965, Bruxelles, Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1965, pp. 157-170.
- PRÉAUX, Claire, «Esquisse d'une histoire des révolutions égyptiennes sous les Lagides», in *CdE* 11, Bruxelles, Musées Royaux d'Art et d'Histoire, 1936, pp. 522-552.
- PRÉAUX, Claire, «L'image du roi de l'époque hellénistique», in *Images of man in ancient and medieval thought*, Studia G. Verbeke, Symbolae Series A, 1, Lovaina, 1976, pp. 53-75.
- PRÉAUX, Claire, «Polybe et Ptolomé Philopator», *CdE*, XL, n.º 79, 1965, pp. 364-375.
- RAMOS, José Augusto, «Guerras de identidade na época judeo-helenística», in *A Guerra na Antiguidade*, Lisboa, Editora Caleidoscópio, 2006, pp. 11-24.
- REGIBUS, Luca de, «Tolemeo V Epifane e l'intervento romano nel Mediterraneo Oriental», in *Aegyptus. Rivista italiana de Egittologia e di Papirologia*, Anno XXXII, Milano, Università Cattolica (Scuola di Papirologia), 1952, pp. 97-100.
- SALES, José das Candeias, «Ptolemeus», in *Dicionário do Antigo Egipto*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001, pp. 719-723.
- SAMUEL, Alan Edouard, «The Ptolemies and the ideology of kingship», in *Hellenistic history and culture*, Berkeley/ Los Angeles, 1993, pp. 168-210.
- SKEAT, T. C., «Notes on ptolemaic chronology, IV. The year of Ptolemy Philopator as a *terminus ad quem*», in *JEA* 59, 1973, pp. 169-184.
- SWIDEREK, Anna, «Le rôle politique d'Alexandrie au temps des Ptolémées», in *L'idéologie monarchique dans l'Antiquité*, Colloque Mogilany, 1977, Cracóvia-Varsóvia, 1980, pp. 105-115.
- THOMPSON, Dorothy J., «L'Égypte des Ptolémées», in Andrew Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2004, pp. 149-167.
- VAN'T DACK, E., «L'évolution de l'épistratégie dans la Thébaïde au I^{er} siècle av. J.-C.», in *OPL* 6/7, 1975/76, pp. 577-587.
- VAN'T DACK, E., «L'armée de terre lagide: reflet d'un monde multiculturel?», in *Life in a multi-cultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond* (edited by Janet H. Johnson), Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1992, pp. 327-341.
- VAN'T DACK, E., «Notes concernant l'épistratégie ptolémaïque», in *Aegyptus. Rivista italiana de Egittologia e di Papirologia*, 32, Milano, Università Cattolica del Sacro Cuore, 1952, pp. 437-450.

A batalha de Ráfia (217 a. C.) e o «nacionalismo» egípcio do período ptolomaico

- VAN'T DACK, E., «Sur l'évolution des institutions militaires lagides», in *Armées et fiscalité dans le monde antique*, Paris, CNRS, 1977, pp. 77-105.
- VAN'T DACK, E., «Sur l'évolution des institutions militaires lagides», in *Ptolemaica Selectae. Études sur l'armée et l'administration lagides*, *Studia Hellenistica* 29, Lovanii, 1988, pp. 1-46.
- VAN'T DACK, E., «Toujours le testament d'un Ptolémée Alexandre», in *The Judean-syrian-egyptian conflict of 103-101 B.C. A multilingual dossier concerning a «War of Sceptres»*, *Collectane Hellenistica* 1, Brussel, Comité Klassieke Studies, 1989, pp. 23, 156-161.
- VAN'T DACK, Edmond; HAUBEN, Hans, «L'apport égyptien à l'armée navale lagide», in *Das ptolemäische Ägypten* (editado por H. Maehler e V. M. Strocka), Berlim, Deutsches Archäologisches Institute, 1976, pp. 59-94.
- VANDORPE, Katelijn, «The chronology of the reigns of Hurgonaphor and Chaonnophris», in *CdE LXI* (1968), Bruxelles, Fondation Égyptologique Reine Élisabeth, 1968, pp. 294-302.